

30/12/2013 - Preciosa, uma bailarina negra na Academia Bolshoi: “Falaram que eu devia branquear a pele”

(Opera Mundi) Jovem norte-americana vive há dois anos em Moscou e disputará importante competição internacional em janeiro

Preciosa Adams carrega no nome a qualidade das melhores bailarinas. Com apenas 18 anos, a jovem norte-americana estuda há dois anos na Academia Bolshoi, em Moscou, e se forma daqui a seis meses em umas das mais prestigiosas escolas de balé do mundo. A história poderia ser o sonho de toda adolescente que desde pequena calça as sapatilhas de ponta. No entanto, como se não bastasse o competitivo mundo da dança, Preciosa teve ainda que enfrentar o preconceito por ser uma das únicas bailarinas negras que passou pela academia russa.

Preciosa entrou no mundo do balé muito cedo. Aos cinco anos, começou a estudar a dança e, aos nove, entrou para um grupo comandado pelo russo Sergei Rayevsky, em Michigan, nos Estados Unidos. Durante a adolescência, a jovem estudou em Toronto, Nova York e Mônaco, antes de ganhar uma bolsa de estudos para aperfeiçoar sua técnica de balé e aprender russo, em um programa de imersão. A Rússia estava definitivamente no caminho da bailarina norte-americana. Em 2011, com apenas 16 anos, veio a mudança para Moscou.

Em seus mais de dois anos estudando na capital russa, Preciosa contou em entrevista a Opera Mundi que foi deixada de lado em muitas apresentações por causa da cor da sua pele. Segundo ela, uma professora chegou a dizer que ela deveria “tentar branquear sua negritude” e se parecer mais com o padrão esperado pelos diretores de teatro.

A bailarina parece alheia aos comentários racistas. “Eu ri. A ideia de perfeição (da professora) é ser branco, mas temos que entender que somos lindos da maneira que somos”. Preciosa diz ainda que alguns professores na Rússia tentaram intervir em seu favor, mas tudo foi em vão.

“Eu sei por que não sou colocada em apresentações em grupo (no balé da Academia Bolshoi). Eu sou muito diferente das demais. Eu não me encaixo em nenhum grupo, mas eu não me importo. Estou preparada para solos”.

A Academia Bolshoi diz que não recebeu nenhuma reclamação formal da bailarina e declarou em nota que nenhum aluno estrangeiro fez nenhuma queixa da instituição. Preciosa diz que não fez nenhuma reclamação porque não tinha certeza se isso teria algum resultado positivo. A escola diz que todos os estudantes participam de apresentações e que a norte-americana recebeu ótimas notas.

Determinada, Preciosa lamenta não ter tido mais experiência no palco, mas acredita que os anos na Rússia foram válidos pelo aprendizado. “Nunca foi um sonho dançar no Bolshoi. Eu vim aqui só para a escola (Academia Bolshoi) e para o treinamento, não pela companhia Bolshoi”. A anuidade da Academia Bolshoi custa 680 mil rublos para estrangeiros (aproximadamente R\$ 50 mil).

A bailarina disse à reportagem que seus professores russos nos Estados Unidos já tinham

alertado sobre a situação de racismo na Rússia. Preciosa se mudou para Moscou sabendo o que esperava, mas não pretende continuar no país. “Não quero morar na Rússia. Eu não me sinto livre aqui. Nos EUA eu posso ser negra ou gay, por exemplo. Eu sou norte-americana e sinto falta de liberdade. Não consigo respirar aqui”. O curso dela na capital russa acaba em junho de 2014.

Sobre as polêmicas de corrupção, prostituição e venda de vagas em apresentações do Teatro Bolshoi, Preciosa se limita a dizer que não se surpreende com os escândalos da companhia e nem acha que seja exagero da imprensa.

Em janeiro deste ano, o diretor artístico do Bolshoi, Sergei Filin, foi atacado com ácido na porta de sua casa, em um crime organizado por um dos bailarinos da companhia. Em março, a ex-solista do Teatro Anastasia Volochkova denunciou casos de prostituição e acirradas disputas no corpo de baile. E, no início de novembro, a bailarina norte-americana Joy Womack declarou que Filin teria dito que ela deveria pagar 10 mil dólares (R\$ 23,5 mil) para poder se apresentar no palco do Bolshoi.

Modelo para jovens bailarinas

Preciosa não quer ser vista como um modelo no mundo do balé, ainda dominado por dançarinas brancas. “Tudo é um processo. Na época da minha mãe, todas as mulheres faziam alisamento. Agora tudo mudou. Somos mais naturais. Ninguém quer estar restrito a um padrão, uma norma que a sociedade e a TV decidiram”. E completa. “A sociedade coloca muita pressão sobre o que é aceitável ou não. Mas depende do indivíduo decidir se você vai seguir isso”.

Preciosa vai em janeiro à Suíça participar do Prix de Lausanne, uma competição para as maiores companhias de balé da Europa. Vencer o concurso praticamente significa poder escolher em que balé a bailarina quer dançar.

“Quero trabalhar em uma companhia onde eu conquiste uma vaga apenas pelo fato de eu saber dançar”, conclui Preciosa.

Acesse em pdf: [Preciosa, uma bailarina negra na Academia Bolshoi: “Falaram que eu devia branquear a pele” \(Opera Mundi - 30/12/2013\)](#)

[30/12/2013 - Facebook censura dois posts da Folha com nudez](#)

(Folha Online) O Facebook apagou, na noite de domingo, duas postagens feitas na [página oficial da Folha na rede social](#). Em ambos os casos, as imagens mostravam protestos envolvendo a exibição de seios.

A primeira imagem era a de um protesto do grupo Femen, que ilustrava a chamada para reportagem relatando a experiência da correspondente colaboradora Luisa Belchior durante

um curso de formação das militantes feministas em Madri.

Saiba mais: [29/12/2013 - Curso forma integrantes do Femen na Espanha](#)

O grupo, presente no noticiário desde 2008, é conhecido por organizar manifestações em que as militantes pintam palavras de ordem no corpo seminu.

A segunda imagem censurada pelo Facebook foi a da capa do jornal de domingo (29), mostrando o “toplessaço” de mulheres na praia da Ilha do Boi, em Vitória, em protesto contra a proibição da prática do topless.

Organizado na própria rede, com mil promessas de adesão, o protesto teve apenas seis participantes sem sutiã. As participantes reivindicavam o mesmo direito que os homens têm de ir à praia sem camisa.

Além de apagar as postagens, o Facebook ainda manteve a página da Folha fora do ar por cerca de uma hora na madrugada desta segunda, e a conta do jornalista responsável foi bloqueada por uma semana.

Não foi a primeira vez em que o Facebook bloqueou imagens da Folha de protestos envolvendo nudez.

Em maio de 2012, um jornalista teve sua conta bloqueada após compartilhar uma reportagem da Folha contendo uma imagem dos seios da militante Luka Franca, participante da Marcha das Vadias.

O jornalista foi acusado de ter postado uma imagem com “conteúdo pornográfico” e teve seu perfil pessoal temporariamente suspenso.

Em julho deste ano, foi censurada uma imagem em que manifestantes invadiram a Câmara Municipal de Porto Alegre e tiraram uma fotografia nus em sinal de protesto.

Além de eliminar a postagem, o jornalista responsável pela página da Folha no Facebook teve sua conta bloqueada por 24 horas.

Procurado pela Folha, o Facebook ainda não respondeu. Em todas as vezes anteriores, a empresa informou que não comenta casos específicos e que as postagens permaneceriam excluídas.

Acesse em pdf: [Facebook censura dois posts da Folha com nudez \(Folha Online - 30/12/2013\)](#)

[30/12/2013 - Mais instruída e integrada ao mercado de trabalho, a brasileira casa e](#)

tem filhos cada vez mais tarde

(José Roberto de Toledo/O Estado de S. Paulo) Em ano de eleição presidencial, o Brasil discute problemas aparentemente essenciais: privatizar o privado, estatizar o público, bolsas e embolsos. Mas, para espanto dos políticos, a vida dos brasileiros depende pouco dos eleitos. As principais tendências da população mudam à revelia de Brasília.

E muita coisa está mudando. Mais instruída e integrada ao mercado de trabalho, a brasileira casa e tem filhos cada vez mais tarde. A idade média das mães cresceu 12 meses em uma década. Está em 26 anos e aumentando. Uma brasileira de 20 e 24 anos tem 62% de probabilidade de não ser mãe. Se a jovem for branca, a chance de não ter dado à luz chega a 70%.

Mais drástico ainda foi o amadurecimento das noivas. Em 2003, a idade típica da mulher solteira ao casar era 21 anos. Em 2012, já beirava os 25 anos. Essa média oculta um fenômeno dentro das estatísticas do registro civil: em 10 anos, duplicou o número de mulheres de 30 anos ou mais que se casam no papel.

Em parte, é fruto do envelhecimento da população, pois há também mais homens dessa idade se casando. Mas o fenômeno é 30% mais intenso entre as mulheres. As maduras estão mais casadoiras - ironicamente - devido ao novo padrão de mortalidade masculina.

Nasce um brasileiro a cada 10 segundos. Há 5% mais chances de o recém-nascido ser homem. A prevalência do sexo masculino nos nascimentos costumava ser rapidamente compensada pela maior sobrevivência das mulheres. Mas a drástica diminuição da mortalidade na infância faz com que o excedente masculino perdure cada vez mais.

Só quando os nascidos em 2012 completarem 37 anos haverá mais brasileiras do que brasileiros dessa mesma idade. Nas gerações seguintes, essa inversão vai levar mais e mais tempo. O excedente masculino provoca novos comportamentos e uma profunda transformação das relações entre os sexos - inclusive de poder.

Hoje, o mercado matrimonial favorece as mulheres até a faixa dos 30 anos. Além dos homens da mesma idade, mais numerosos, elas atraem também maridos mais velhos. Daí em diante, porém, a oferta de parceiras é maior do que a de parceiros da mesma geração - e muitos desses homens maduros casam com mulheres mais jovens.

É o que a demografia batizou de "pirâmide da solidão": à medida que a idade avançava, as brasileiras, principalmente separadas ou viúvas, tinham ao alcance um contingente cada vez menor de potenciais parceiros, enquanto para os homens a oferta de companheiras aumentava. Com o tempo, cresciam as solitárias e diminuía os solitários. Mas a pirâmide começa a ruir.

Em 2012, para cada 100 divorciadas que voltaram a se casar, houve 136 divorciados que formalizaram nova união. Felizmente para as mulheres, a desproporção está diminuindo rapidamente. A diferença, que era de 45% só quatro anos antes, caiu para 36% e diminui ano a ano. Tende a desaparecer em pouco tempo. Mas como?

Morre um bebê a cada 15 minutos no Brasil, e a chance de a vítima ser menino é 25% maior. A fragilidade do dito sexo forte se mantém até os 80 anos, quando as mortes femininas pela

primeira vez suplantam as masculinas em volume. Por isso, toda redução da mortalidade, principalmente nos primeiros anos de vida, aumenta a proporção de homens na população.

As próprias mulheres têm contribuído para isso: 61% das mães já fazem 7 ou mais consultas pré-natal. Agem em benefício próprio. Menor mortalidade implica maior número de homens, o que aumenta as oportunidades matrimoniais por um período mais longo. Elas ficam em posição de força para postergar a escolha do parceiro enquanto se afirmam profissional e politicamente. É uma revolução, e isso tem pouco ou quase nada a ver com a eleição.

Acesse em pdf: [Muito além da urna, por José Roberto de Toledo \(O Estado de S. Paulo - 30/12/2013\)](#)

30/12/2013 - França se inspira na Suécia para criminalizar o cliente da prostituição

(Folha de S.Paulo) País escandinavo serve de modelo para franceses, que discutem legislação para multar quem paga por serviço. Com 1.200 condenações entre 2008 e 2011, suecos querem prender cafetões e conter tráfico internacional de pessoas

A prostituição de rua em Estocolmo está confinada a um endereço: a Malmskillnads, rua próxima à estação central. É ali que 175 mulheres fazem discreto vaivém em busca de clientes.

A área contabilizava 650 profissionais do sexo em ação na década de 1990. A redução da oferta é creditada ao fato de a Suécia ser o primeiro país a criminalizar o ato de pagar por sexo, em 1999.

O modelo inspirou os franceses. Neste mês, a Assembleia Nacional da França aprovou lei que vai na mesma direção e impõe multas a quem pagar por sexo.

“A questão central é demanda. O cliente de prostituição alimenta o tráfico de pessoas”, diz a procuradora sueca Marie Thomsen, da força-tarefa de combate ao crime.

Mentalidade arraigada em todo o aparato montado para fazer valer a legislação pioneira e controversa. “Nós achamos a solução, que é acabar com a demanda”, repete Ewa Carlenfors, superintendente da polícia, que comanda 25 agentes da unidade antitráfico na capital.

As autoridades suecas fazem um balanço positivo do impacto de uma lei que resultou em 2.581 inquéritos e 1.200 condenações por compra de serviços sexuais entre 2008 e 2011.

No ano passado, cerca de 200 homens foram presos em flagrante com prostitutas. Enquanto elas são soltas, já que a atividade de vender sexo não é criminalizada no país, o cliente está em apuros. “Prostituição é uma violência contra a mulher, assim como estupro e maus tratos domésticos”, afirma a policial Mia Hektor, da unidade que monitora prostituição de rua e pela internet.

É com um sistema legal ágil (os processos duram de seis meses a um ano) e um forte aparato policial e de assistência social que o país escandinavo tenta dar um xeque-mate na prática da profissão mais antiga do mundo.

A pena prevista para o consumidor de sexo pago é de até um ano de prisão. Até hoje, nenhum foi condenado a pena máxima de detenção, punição dada a cafetões e traficantes (que podem pegar de dois a dez anos de cadeia).

“A lei não foi feita para mandar os clientes para a prisão, mas para pegar traficantes e cafetões. Transformamos a Suécia em um péssimo mercado para eles”, diz a superintendente da polícia local.

Em geral, os homens presos em flagrante são soltos sob fiança logo após a confissão. E aí esperam receber em casa a convocação para se apresentar diante do juiz e ouvir a sentença.

No flagrante, todos são obrigados a ceder mostras de DNA e ficam fichados na polícia por cinco anos. Na corte, a pena varia de acordo com a renda do réu. A mais alta paga até hoje foi de € 7.000 (R\$ 22.400).

NA INTERNET

O resultado é uma prática mais velada. “Enquanto a prostituição de rua diminuiu, aumentou a oferta de sexo na rede”, admite a procuradora. “A dificuldade é que os sites estão hospedados no exterior. Mas se os clientes podem achá-los, a polícia também.”

A lei da oferta e da procura age sobre o preço. “Um programa custa € 300 a hora”, relata a policial Mia. “Mas não vemos mulheres ficando ricas com prostituição. O dinheiro vai para organizações criminosas.”

“Não é ilegal, mas também não é uma profissão”, diz a procuradora sobre a atividade que, ao contrário, vem sendo reconhecida em outros países, como Holanda.

No Brasil, projeto do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) propõe o reconhecimento de direitos trabalhistas e previdenciários para as trabalhadoras do sexo.

Estrangeiras recebem apoio legal e psicológico

A maioria das mulheres atraídas para se prostituir na Suécia vem de países bálticos e do Leste Europeu, especialmente Romênia, Lituânia, Estônia, Eslováquia e Polônia.

Tailandesas e nigerianas também começam a se destacar nas estatísticas.

“Agora, temos mais casos de romenas. Há alguns anos, o boom foi de lituanas”, relata Patrick Cederlöf, coordenador do plano nacional sueco de combate à prostituição e ao tráfico de pessoas.

Quando os policiais preparam uma grande ação para dismantelar uma rede de prostituição, o serviço social aciona abrigos públicos para as prostitutas, quase sempre imigrantes ilegais.

Aquelas que desejam voltar ao país de origem recebem ajuda do governo e de ONGs. “Nosso apoio começa com os documentos, pois muitas estão sem passaporte, confiscados pelos traficantes e cafetões”, diz Patrick.

O passo seguinte é encaminhá-las para uma ONG que promove a reintegração das mulheres. “Elas recebem US\$ 3.000 para voltar para casa e recomeçar a vida.” Devidamente escoltada pela polícia até o destino final.

Implantado em 2010, o plano repatriou 16 prostitutas que se declararam vítimas de tráfico internacional para fins sexuais. Aquelas que decidem ficar na Suécia também podem recorrer a casas de apoio mantidas por entidades religiosas.

“Elas têm acompanhamento psicológico, pois precisam lidar com a vergonha”, diz Anna Sander, coordenadora da ONG Talita, que abriga prostitutas.

Ela cita o caso de uma nigeriana. “Ela fugiu da Espanha. Era forçada a se prostituir desde os 16 anos. Foi estuprada, ficou grávida e chegou a pedir asilo, sem sucesso.”

Centro dá assistência a homens que pagam por sexo

O assistente social Johan Christiansson, 42, ganha a vida tentando ajudar homens que cometeram um delito considerado grave na Suécia: foram flagrados oferecendo dinheiro a uma prostituta.

Coordenador de um centro em Estocolmo voltado aos “sex buyers” (compradores de sexo), ele é acionado de duas a três vezes por semana para acompanhar batidas policiais que resultam em flagrantes de prostituição.

O primeiro atendimento é no local da prisão: quartinhos de bordéis, lobby de hotéis e clubes. “Os homens querem desaparecer, estão envergonhados”, explica Johan.

Um em cada quatro homens presos com prostitutas aceita o apoio, segundo o coordenador do serviço.

Soltos após pagamento de fiança, a punição é também moral. “Eles precisam ter consciência de que contribuem para um tipo de escravidão moderna”, diz Johan.

O funcionário público acredita ter uma missão especial. “Pagar por sexo é um comportamento que se pode mudar. Se quiserem chamar de dependência, podem chamar, eu não.”

Os homens atendidos estão na faixa dos 35 a 50 anos, têm bons empregos, mulheres e filhos.

Os casos ganham destaque. Um de grande repercussão envolveu um funcionário graduado do serviço de prevenção à Aids sueco. Além de ser preso com uma prostituta, ele admitiu ter feito sexo sem preservativo. “Logo depois de ser preso, ele tentou se suicidar”, relata Johan.

Ele não tem medo de ser chamado de moralista. “Mesmo nos anos 1970, quando a Suécia era famosa pela liberdade sexual, a prostituição era algo não aceito.”

O apoio da opinião pública cresceu –era de 30% no momento da aprovação da lei e hoje chega a 70%. Enquanto isso, o número de suecos que pagam por sexo com prostitutas caiu de 13,6%, em 1996, para 7,9%, em 2008.

ELIANE TRINDADE

ENVIADA ESPECIAL A ESTOCOLMO, viajou a convite do governo sueco.

Acesse em pdf: [Suécia inspira França contra a prostituição \(Folha de S.Paulo - 30/12/2013\)](#)

30/12/2013 - Empregados domésticos: em 2013, renda cresce, mas direitos ficam congelados

(O Globo) Rendimento do serviço doméstico teve alta real de 9,1% em 2013 até novembro, enquanto o do total dos trabalhadores do país avançou 3% acima da inflação no período

Ano se encerra com apenas a jornada de 44 horas semanais e a exigência de pagamento de horas extras em vigor da nova lei para a categoria

FGTS e seguro-desemprego estão à espera de regulamentação

O ano de 2013 foi histórico para os empregados domésticos. Em 3 de abril, a então Proposta de Emenda Constitucional 72 foi promulgada pelo Congresso Nacional. No entanto, para profissionais e representantes da categoria, o ano chega ao fim com uma série de pendências no debate para igualar direitos de domésticos aos de outras classes de trabalhadores. Sem regulamentação, benefícios como FGTS e seguro-desemprego ainda dependem do andamento dos trabalhos na Câmara dos Deputados, travado há meses. Apenas já estão valendo - e sendo pagos pelos patrões - a jornada de 44 horas semanais e as horas extras.

Ou seja, foi um ano em que a categoria ganhou renda, mas os direitos não saíram do papel. Segundo a Pesquisa Mensal do Emprego, do IBGE, o rendimento médio real (acima da inflação) dos trabalhadores do serviço doméstico subiu 9,1% em 2013 até novembro (último dado disponível) - variação três vezes maior que os 3% obtidos pelo total dos trabalhadores brasileiros.

Leia também: [30/12/2013 - Ministra Delaíde: faltam políticas públicas para as domésticas](#)

O projeto para a categoria chegou a ser regulamentado pelo Senado, em julho. Mas é tarefa da Câmara concluir o processo. Uma série de entraves fez com que a tramitação ficasse parada desde então. O primeiro obstáculo surgiu em agosto, quando os parlamentares se viram diante de um impasse sobre o caminho que o texto deveria percorrer: votação direto em plenário (o que seria mais ágil) ou análise por diversas comissões (o que garantiria mais tempo de reflexão). Para alguns deputados, como Benedita da Silva (PT-RJ), o projeto - que se transformou no projeto de lei complementar 302/2013 - deveria passar por, pelo menos, duas comissões.

Há alguns meses, outro empecilho surgiu na tramitação, sem que o primeiro fosse resolvido. Desde o fim de outubro, as negociações para votação do Marco Civil da Internet e mais dois projetos trancam a pauta da Câmara, o que significa que nenhum outro texto pode ser votado, enquanto essas prioridades não forem solucionadas. Uma manobra para destravar a pauta e

votar às pressas o projeto das domésticas na última semana de 2013 chegou a ser articulada pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) no início de dezembro, mas não teve apoio da liderança do governo na Casa, segundo a assessoria de imprensa do parlamentar.

A falta de regulamentação tem causado, entre as domésticas, um misto de sentimentos. A categoria reclama da demora da chegada dos novos benefícios, mas comemora a conquista do principal direito que já vigora desde abril: a jornada de trabalho de 44 horas. Com a nova legislação, empregadores têm que controlar as horas trabalhadas e, caso o limite de oito horas diárias seja ultrapassado, pagar horas extras.

- No início foi aquele “deus-nos-acuda”. E depois foi aquela calma. Dá uma sensação de que você foi enganada - afirma Carli Maria dos Santos, presidente do Sindicato das Domésticas do Rio, que afirma que percebe um desânimo nas empregadas atendidas diariamente na entidade.

Para a doméstica Norma Almeida Paiva de Jesus, de 48 anos, que trabalha em São Paulo, a demora para a regulamentação foi como um balde de água fria. Na profissão “por acaso”, ela começou a trabalhar na área há oito anos, quando perdeu o marido e também ficou sem emprego. Antes, era professora e estava acostumada a ter todos os direitos previstos por lei.

- As 44 horas (por dia) são maravilhosas. Mas, assim, criou-se uma expectativa muito grande e essa expectativa não saiu do papel. A gente achou que ia sair, que ia mudar, mas não mudou muita coisa - afirma.

Norma conta que quer sair da área “em um futuro próximo”. Enquanto isso, sua filha, que mora na Bahia, pretende entrar na profissão. Ariana Paiva de Jesus, de 23 anos, já está com malas prontas para começar em um emprego no início de janeiro. Vai ser babá em São Paulo, mas só aos fins de semana, com uma remuneração de R\$ 1.200 por mês. Durante a semana, vai estudar.

Segundo ela, a nova legislação influenciou sua escolha. Ariana vê a profissão como o possível início de uma carreira. A jovem, que já trabalha como voluntária em uma creche na Bahia, quer se especializar na área de saúde ou de educação.

- Dei uma olhada na questão da lei. Já vinha acompanhando por conta do trabalho da minha mãe. Antes, era um trabalho meio que escravo. Hoje, tenho mais segurança - explica Ariana.

Nova legislação é criticada

Enquanto o projeto não é regulamentado, outras medidas começam a surgir, como forma de garantir mais formalização. Em novembro, a Câmara aprovou um projeto de lei que prevê multa para quem não assinar a carteira do empregado doméstico. No mesmo mês, a Comissão de Finanças da Casa aprovou projeto que reduz de 12% para 6% a alíquota do INSS, o que pode afastar o temor das demissões causadas pelo aumento dos custos trabalhistas.

Para Mario Avelino, diretor do Instituto Doméstica Legal, há artigos que ainda precisam ser ajustados. Ele era contra a possível votação às pressas, que poderia ter ocorrido no fim do ano. Segundo Avelino, a entidade entrará com ações de inconstitucionalidade contra artigos como o 45, que isenta empregado e empregador de imposto sindical.

Ainda assim, o especialista destaca o caráter simbólico da promulgação:

- Mesmo ainda não tendo mudado praticamente nada, a própria aprovação da PEC é um divisor de águas, porque criou para a empregada a percepção de que ela é um trabalhador como outro qualquer. A cultura patriarcal, colonialista, tem que ser mais profissional.

Acesse em pdf: [Empregados domésticos: em 2013, renda cresce, mas direitos ficam congelados \(O Globo - 30/12/2013\)](#)

[30/12/2013 - Empresas se esforçam para reduzir disparidades de sexos em conselhos, mas pouco mudou até agora](#)

(The New York Times/Folha de S.Paulo) A escassez de mulheres nos conselhos de grandes empresas é uma questão que persiste há décadas. Mas pouco mudou ao longo dos anos, a despeito das preocupações expressas com frequência quanto à disparidade entre os sexos.

Homens detêm a maioria dos 5.488 postos nos conselhos de grandes companhias norte-americanas, de acordo com a Aliança pela Diversidade nos Conselhos, um grupo de organizações de liderança. Mulheres ocupam apenas 16,6% desses postos, um nível que se manteve praticamente constante desde 2004, quando a aliança começou a monitorar os números.

Promover uma mudança nessa distribuição e definir um caminho mais claro para que as mulheres ganhem postos nos conselhos empresariais vem se provando um desafio complicado. Ainda que mais mulheres se tenham tornado presidentes-executivas e apesar dos estudos que destacam a escassez de mulheres nos conselhos, os postos neles continuam a ser reservados em larga medida aos homens.

O mais recente esforço para enfrentar o problema, uma programa da escola de administração de empresas da Universidade George Washington, é uma iniciativa em duas áreas: ajudar a incluir mulheres nas listas usadas para a seleção de conselheiros, e treiná-las para que estejam prontas a ocupar esses postos.

A abordagem conta com o apoio de mulheres influentes, o que inclui verbas doadas por Linda Rabbitt, fundadora da Rand Construction, uma construtora em Washington com mais de US\$ 263 milhões anuais em faturamento.

O programa, chamado On the Board, conta com 15 executivas em sua primeira turma, a maior parte das quais com pouca ou nenhuma experiência de participação em conselhos mas todas ocupantes de postos executivos importantes em grandes empresas.

SUCESSO

O programa pode em breve registrar seu primeiro sucesso. Uma das primeiras participantes. Anita Sands, diretora executiva de um grupo do UBS Wealth Management Americas, foi

apontada e eleita na terça-feira para o conselho da Symantec, uma produtora multinacional de software de segurança na computação.

A escassez de mulheres nos mais altos escalões empresariais chamou a atenção de Rabbitt no ano passado quando ela percebeu que era a única mulher entre os homenageados de uma cerimônia de premiação para conselheiros de empresas.

“Eram 10 homens e eu”, diz Rabbitt, que também é presidente do conselho do Federal Reserve Bank de Richmond e parte dos conselhos do Conselho Comercial da Grande Washington e da Towers Watson & Co. “Trabalho em um ambiente predominantemente masculino há quase 30 anos, e encontrei poucas mulheres nos conselhos; achei que era hora de fazer algo a respeito”.

Ela decidiu promover a estratégia dupla, diz, “porque as mulheres têm menos experiência nisso. Não se trata apenas de capacitação; elas também precisam de redes de contato, e de saber como usá-las para encontrar um conselho em que se encaixem bem”.

As mulheres terminam preteridas porque as companhias muitas vezes optam por presidentes-executivos, ativos ou aposentados, para compor seus conselhos, diz Caryl Athanasiu, vice-presidente de risco operacional no Wells Fargo e uma das participantes do programa. “Se uma mulher não foi presidente-executiva, fica mais difícil ser considerada”.

NETWORKING

Outro obstáculo para as mulheres é a prática estabelecida de recrutamento que envolve recorrer a redes de contatos empresariais estabelecidas, muitas das quais excluem mulheres qualificadas.

“Você não pode se candidatar; participar de um conselho é algo que se faz por convite”, diz Brande Stellings, diretora de recursos para conselhos empresariais da Catalyst, uma ONG que concentra suas atividades na vida profissional das mulheres. “Estereótipos sutis ou parcialidades latentes significam que as mulheres muitas vezes terminam desconsideradas”.

Para superar essa barreira, o projeto da George Washington enfatiza o uso de networking para superar um dos maiores obstáculos para as mulheres candidatas a conselhos: o processo decisório que define como postos em conselhos serão ocupados. É bastante comum, afirmam os defensores da diversidade, que executivos optem por recrutar colegas de negócios com os quais estão acostumados para ocupar um posto de conselho, em lugar de buscarem de forma mais ampla.

Obstáculos não expressos bloquearam o caminho de Penny McIntyre, antiga diretora da divisão de consumo da Newell Rubbermaid, quando ela estava sendo considerada para um posto em um conselho empresarial, três anos atrás. Em lugar de perguntar sobre sua experiência, interesses ou mesmo seu handicap no golfe, os integrantes do conselho, todos homens, passaram o almoço no qual ela foi entrevistada falando de suas partidas de golfe.

“Quando perguntei se algum deles tinha questões a me propor, um deles respondeu que o presidente da empresa gostava de mim e que estava tudo bem”, ela recorda. “Minha sensação era a de ter voltado aos anos 50”.

Ela decidiu não aceitar o posto mas continua interessada em participar de um conselho, e está participando do programa da George Washington para criar um quadro de mulheres aptas a

ocupar esse tipo de vaga.

MENTORAS

Os Estados Unidos estão em desvantagem diante de países desenvolvidos como a Noruega, onde existem programas intensivos e sistemas de cotas para elevar o número de mulheres nos conselhos. Hoje, 36,1% dos postos nos conselhos noruegueses são ocupados por mulheres, de acordo com pesquisa da GMI Ratings. (Os números da Suécia e Finlândia ficam pouco abaixo desses.)

Nos Estados Unidos, poucas mulheres ingressaram nas fileiras dos conselhos (onde respondem por menos de 2% dos postos) de 2009 para cá, de acordo com a GMI. E cerca de 10% das empresas do ranking Fortune 500 não contam com mulheres em seus conselhos, de acordo com a Catalyst.

Rabbitt recorreu ao Fórum Internacional da Mulher, organização com cinco mil integrantes da qual ela participa, em busca de executivas para orientar cada uma das participantes do programa.

As mentoras, todas as quais com experiência no trabalho em conselho, oferecem orientação e ajudam as participantes a fazer contatos com pessoas, como profissionais de recrutamento de executivos, que costumam participar dos processos de seleção de conselheiros. Uma das mentoras é Maria Klawe, reitora do Harvey Mudd College, na Califórnia, e membro do conselho da Microsoft e Broadcom.

“É bastante comum”, diz Klawe, “que haja o sentimento de que, se uma empresa já tem uma ou duas mulheres no conselho, não precisa de outras”. Na realidade, “o número de mulheres nos conselhos é minúsculo; há muito espaço para que aumente”.

Mesmo quando as mulheres chegam ao topo das listas de candidatos para possíveis postos em conselhos, elas ainda sofrem devido ao giro muito lento de pessoal nos conselhos, diz Doug Guthrie, professor de negócios internacionais e gestão na escola de administração da George Washington, que trabalhou com Rabbitt, que é parte do conselho da universidade, para criar o programa.

A idade de aposentadoria pode ser flexível nos conselhos, e a remuneração anual de centenas de milhares de dólares e o auxílio para viagens são incentivos para que uma pessoa detenha seu posto em um conselho pelo maior tempo possível. Dois terços dos conselheiros das empresas do ranking Fortune 500 ocupam seus postos há 10 ou 15 anos, de acordo com relatório recente da Stuart Spencer, uma companhia de recrutamento de executivos. Isso significa que apenas algumas poucas centenas de postos mudam de mãos a cada ano.

“O número médio de mulheres que vêm ganhando postos em conselhos é de 16 ao ano”, diz Guthrie, que diz que o programa da George Washington, que tem verbas para operar por pelo menos quatro anos, quer aumentar significativamente esse número.

(Tradução de PAULO MIGLIACCI)

Acesse em pdf: [Empresas se esforçam para reduzir disparidades de sexos em conselhos \(Folha de S.Paulo - 30/12/2013\)](#)

30/12/2013 - Ministra Delaíde: faltam políticas públicas para as domésticas

(O Globo) Para ministra do TST, nova lei cumpriu papel simbólico em 2013

Para Delaíde Arantes, ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e estudiosa do trabalho doméstico, a emenda constitucional é mais um passo na luta pelos direitos da categoria e, se ainda falta a regulamentação, a promulgação da emenda constitucional cumpriu seu papel simbólico em 2013.

Leia também: 30/12/2013 - Empregados domésticos: em 2013, renda cresce, mas direitos ficam congelados

- É um resgate histórico do Estado brasileiro. Sabemos que o trabalho doméstico tem origem na escravidão. (Mas) ainda não é igualdade completa, embora esteja assim enunciada (no texto). É o avanço que foi possível nesse momento - analisa Delaíde, que foi empregada doméstica na juventude.

Segundo ela, a mudança cultural pode contribuir para o aumento da formalização e mais obediência à lei por parte dos empregadores. A Justiça do Trabalho ainda não tem dados definitivos, mas, a pedido da reportagem, a ministra fez um levantamento em três tribunais regionais, que mostram dados conflitantes.

Em São Paulo (capital e região), foram registradas 4.447 ações de domésticas entre abril e novembro de 2012. No mesmo período de 2013, com a lei vigorando, foram 4.120, uma redução de 13,2%. Já em Goiás, houve 96 ações de empregadas em 2012, e 126 em 2013, aumento de 31,25%. Em Minas Gerais, a alta foi de 43,93%, de 2.404 para 2.860, na mesma comparação.

Os dados ainda são fragmentados, mas Delaíde Arantes admite que as tendências divergentes podem estar relacionadas ao maior grau de informalidade em grandes centros. A redução em São Paulo, portanto, poderia estar relacionada ao maior nível de formalidade, que garante mais segurança para empregado e empregador.

Apesar de destacar a falta de regulamentação, Delaíde acredita que a discussão não deve ser estendida no Congresso. A ministra defende uma melhor organização sindical da categoria, que deve ajudar a estabelecer as regras daqui para frente. Além disso, afirma que é preciso pensar em políticas públicas voltadas para as domésticas - um item não contemplado pela nova lei.

- Temos a situação da doméstica que emprega a doméstica. É preciso investir em creches, escola infantil em tempo integral. Muitas moram na residência em que trabalham por falta de moradia - destaca.

Delaíde projeta um futuro no qual a profissão seja mais valorizada. Mas, para isso, cobra mais agilidade no reconhecimento e equiparação dos direitos dos domésticos aos de outros

trabalhadores, não só por meio da regulamentação da nova lei, mas também com outras medidas, como a ratificação da convenção da Organização Internacional do Trabalho, publicada em 2011, que prevê igualdade de direitos.

- Creio que o trabalhador doméstico agora vai se sentir mais valorizado. Deve diminuir muito a incidência de trabalhadores que pedem para não assinar carteira (por vergonha da profissão). O Brasil tem um código civil moderno e atual, código de consumidor que serve de referência, e, por isso, não pode continuar vivendo com uma situação de preconceito e discriminação de uma das categorias mais importante para o país e para todos nós - afirma Delaíde.

Acesse em pdf: [Ministra Delaíde: faltam políticas públicas para as domésticas \(O Globo - 30/12/2013\)](#)

[29/12/2013 - 'Mulheres, além de transporte, precisam de segurança', alerta a antropóloga Debora Diniz](#)

(O Estado de S. Paulo) Mulheres andam nos vagões cor-de-rosa dos metrô em busca de segurança, pois somente segregadas pela geografia do medo poderiam transitar para escola, trabalho ou lazer em horários considerados impróprios à solidão feminina na cidade. Mulheres, além de transporte, precisam de segurança. E não só para se mover, mas também para permanecer no espaço público sem medo da discriminação

“Passagem mais cara que maconha”, “odeio bala de borracha, joga um Halls” ou “mais felicidade e menos Feliciano” foram alguns dos cartazes do povo nas ruas. Críticos ou bem-humorados, eles animaram as multidões que marcharam pelas capitais. Os números impressionam - em um único dia, mais de cem cidades se movimentaram, e 1,5 milhão de pessoas caminharam, lançando-se em uma onda de contestação ainda à espera da historiografia. Há quem descreva o povo nas ruas como o “gigante que acordou”; outros contestam, mostrando que trabalhadores, estudantes, gays ou mulheres nunca adormeceram ou deixaram de ocupar as ruas para protestar. A verdade é que as marchas urbanas parecem ter sido um prólogo do que se anuncia para 2014 com as eleições e o futebol.

Mas pelo que o povo marchava? As discussões sobre o agendamento político das mobilizações atiçaram os especialistas, mas as conclusões são frágeis. Nem partidos políticos nem movimentos sociais ganharam protagonismo nacional. Os líderes se faziam nas redes sociais, mas se organizavam e desapareciam nas ruas. As marchas urbanas nos confundiram - rostos da periferia se misturaram ao que foi descrito como o de “famílias”, pessoas que pareciam conhecer as ruas pela primeira vez. E, para nossa angústia, a cada dia tínhamos que aprender como descrever esses novos sujeitos da rua e seus gestos - “vândalos”, “baderneiros” ou “mascarados” foram alguns dos termos que passaram a antecipar o que víamos. Um dos poucos consensos retrospectivos da política do povo nas ruas reconhece protagonismo do Movimento do Passe Livre (MPL): tarifa zero para o transporte público esteve em todos os

cantos do País como uma demanda coletiva dos anônimos.

Não tenho dúvidas de que o transporte é essencial para a garantia de direitos fundamentais. Precisamos de transporte para sobreviver nas cidades: não há saúde, educação ou trabalho sem a garantia de como as pessoas vão mover-se da casa pela rua com destino a algum lugar. Transporte é ônibus, trem, metrô, bicicleta, carro ou qualquer outro instrumento que nos movimenta no espaço. Mas é também mover-se apenas com o corpo - caminhar. Entendo que a agenda do MPL tenha sido a tarifa zero por uma resistência à privatização do transporte público, mas a questão política é mais ampla e delicada do que transporte como mercadoria. Sim, essa é uma agenda prioritária, pois enfrenta a ordem econômica que transforma proteções às necessidades em negócio lucrativo: transporte é um meio para nossa sobrevivência, por isso o Projeto de Emenda Constitucional de autoria da deputada Luiza Erundina (PSB-SP) prevê transformá-lo em um direito social para nossa ordem política. Após os dias de povo na rua, o projeto caminha com pressa na Câmara dos Deputados. Falta agora a corrida pelo Senado Federal para ser considerado um novo direito social no País.

Mas transporte não é o mesmo que mobilidade. Mover-se livremente é uma necessidade; o transporte é uma forma de proteção a essa necessidade. A cidade tem barreiras que nem mesmo o passe livre será capaz de transpor - a discriminação é uma delas. Mulheres andam nos vagões cor-de-rosa dos metrôs em busca de segurança, pois somente segregadas pela geografia do medo poderiam transitar para escola, trabalho ou lazer em horários considerados impróprios à solidão feminina na cidade. Gays ou travestis temem as grandes avenidas: é lá que são surrados ou mortos pela homofobia que não suporta vê-los movendo-se livremente pelo espaço público. Não é apenas o transporte que precisa ser livre; a mobilidade deve ser protegida da discriminação aos corpos subalternizados.

O povo da rua falou de transporte como se as necessidades econômicas fossem universais. O passe livre garante o transporte, mas não o direito à mobilidade. Para se mover pela cidade, as mulheres precisam não ter medo da violência. Por isso, as necessidades econômicas são sempre sociais - nossos corpos não são abstrações que demandam as mesmas proteções do Estado. Mulheres, além de transporte, precisam de segurança. E não só para se mover, mas também para permanecer no espaço público sem medo da discriminação. Logo após o movimento do povo nas ruas, duas mulheres foram recolhidas pela polícia por se beijarem em uma praça durante um evento religioso. O dono da praça e guardião da ordem foi o deputado que anunciou como presente de Natal a despedida da liderança da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Se em retrospectiva precisamos reconhecer que os homens já foram os donos da praça, nosso desafio para o futuro é resistir à nova tentativa de posse do espaço público. Nem o capitalismo dos homens nem o patriarcalismo dos corpos poderá impedir a mobilidade como um direito social.

DEBORA DINIZ É ANTROPÓLOGA, PROFESSORA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB), PESQUISADORA DA ANIS - INSTITUTO DE BIOÉTICA, DIREITOS HUMANOS, GÊNERO

Acesse em pdf: [Diversidade em trânsito, por Debora Diniz \(O Estado de S. Paulo - 29/12/2013\)](#)

29/12/2013 - Curso forma integrantes do Femen na Espanha

(*Folha de S.Paulo*) Corrida, flexões de braço, postura corporal, expressão facial (sempre com cara de brava), táticas de fuga e até noções de costura.

Não basta fazer topless para ser integrante do Femen, o grupo de ativistas conhecidas mundo afora por protestar sem camisa, com flores na cabeça e dizeres no corpo.

Entrar para o movimento exige disciplina e esforço físico, como a Folha constatou ao participar do curso preparatório da filial espanhola da organização, em Madri.

Durante um mês, a reportagem teve aulas práticas e teóricas, que incluíram a maneira correta de gritar, correr, resistir à polícia e mostrar os seios sem cair na armadilha da “sensualização” -pecado mortal para elas.

Leia também: [30/12/2013 - Facebook censura dois posts da Folha com nudez](#)

Além da repórter (que se identificou como tal), havia outras cinco alunas no programa, que é gratuito. O curso segue à risca o manual internacional do Femen, grupo fundado na Ucrânia há cinco anos para protestar contra a opressão às mulheres no país.

Aos poucos, os protestos nada convencionais começaram a angariar a atenção do mundo, e o grupo abriu representações na Europa e na América. Seu quartel-general foi transferido para Paris, onde acontecem treinamentos anuais das ativistas de todo o mundo.

Além de França, Ucrânia e Espanha, o Femen está presente na Alemanha, na Holanda, na Suécia, no Canadá, na Turquia e no México e se prepara para entrar no Reino Unido.

No Brasil, o movimento ensaiou uma abertura no ano passado, mas a então líder no país foi desligada do grupo por “conflitos ideológicos”.

Os protestos, sempre comunicados ao quartel-general, seguem as três principais premissas do grupo: exterminar todos os regimes ditatoriais, acabar totalmente com a prostituição no mundo e separar o Estado de qualquer religião.

A seguir, quatro lições básicas de como ser uma Femen, segundo o curso.

LIÇÃO 1: O TREINO

Ser Femen exige esforço físico e disciplina. As ativistas fazem um treino semanal com cooper, abdominais, flexões, corrida de explosão e simulações de protestos.

Tudo para manter a forma física -o que, segundo as líderes do movimento, nada tem a ver com a estética.

A ideia é que as ativistas estejam sempre fortes e preparadas para as vezes em que têm de correr da polícia ou se agarrar em alguma pilastra para não serem retiradas de onde estão protestando.

Quanto mais força para resistir, por mais tempo a mensagem será ouvida. E, para isso, há que treinar muito.

Nos exercícios de Madri de que a Folha participou, o grupo corre pelas ruas, saindo da base do Femen, um pequeno escritório sem identificação (para garantir a segurança das componentes).

O Femen aceita mulheres com qualquer nível de preparação física, mas exige esforço. Na hora da corrida, todas as ativistas tiveram de manter o mesmo ritmo, sob frio de 5°C. Ao fim da corrida, de cerca de meia hora, em um parque da cidade, todas praticam exercícios de explosão seguidos das simulações de um protesto.

Aprende-se a gritar os lemas do grupo –como “foda-se sua moral”, “meu corpo, minhas regras” e “muçulmanas, vamos nos desnudar”–, que devem ser sempre entoados com expressões de raiva, para, segundo o grupo, expressar o sentimento com que se protesta.

A mesma expressão, acompanhada de desaforos, é reproduzida a pedestres que, via de regra, fazem gracinhas com as meninas correndo.

LIÇÃO 2: O TOPLESS

Uma das principais críticas ao Femen é direcionada à forma com que protestam, praticando topless. Para as ativistas, a explicação é lógica: querem colocar em questão a ideia de que o corpo da mulher só pode ser mostrado com conotação sexual e em ocasiões esperadas.

“Usar o corpo como arma política é uma estratégia para lutar contra o sistema com algo que ele sempre teve sob controle. E não tem nada a ver com mostrar o corpo para atrair gente. Não mostramos o corpo como um instrumento erótico, mas combativo”, diz à Folha a líder do Femen na Espanha, Lara Alcázar.

Com 21 anos, a estudante espanhola participou do treinamento na sede do Femen em Paris e no início do ano foi nomeada líder do movimento em seu país.

Desde então, ela se mudou para Madri, de onde comanda todos os atos e treinamentos do grupo espanhol.

Com os corpos pintados, elas vão de encontro a seus alvos, que podem ser desde manifestantes de causas contrárias às suas a mandatários em atos oficiais.

O objetivo é causar espanto e chocar, o que acontece –com raras exceções.

Numa das vezes em que não deu certo, o presidente russo, Vladimir Putin, foi interpelado pelas ativistas em um encontro na Alemanha com a chanceler Angela Merkel, em abril. Ele olhou calma e diretamente os seios de uma delas e fez o sinal de OK.

Mas as ativistas do Femen não são obrigadas a fazer topless. Podem participar na organização dos atos ou na estrutura interna do grupo, que na Espanha conta com 20 integrantes.

A reportagem acompanhou atividades paralelas como a confecção de coroas usadas nos protestos, feitas com flores artificiais delicadamente costuradas e coladas em arames e fitas.

LIÇÃO 3: A POSTURA

Para deixar bem claro que as ativistas mostram os seios por um ato político, o “código de conduta” do Femen ensina as ativistas a eliminar vícios de postura que possam parecer sensuais.

Ao protestar, é preciso estar com o corpo ereto, não se apoiar sobre o quadril e evitar deixar a cintura cair para um dos lados.

As ativistas são instruídas também a protestar com os punhos cerrados em riste ou sobre a cintura.

A cara deve ser sempre de indignação, para refletir o sentimento do movimento sobre os temas contra os quais protestam. A voz, firme e alta. Sorrir, jamais.

Nos treinos, as ativistas aprendem a não se intimidar com a pressão de policiais. Para isso, são postas cara a cara com outras componentes do grupo, ou empurradas e puxadas por elas sem deixar de gritar os lemas. Quem parar na metade é punida com flexões (o que aconteceu com a repórter da Folha).

LIÇÃO 4: A IDEOLOGIA

Embora os pleitos políticos do Femen sejam muitos, dos direitos da mulher ao fim de ditaduras, o grupo não é muito adepto de criar teorias.

A tática é levar, com poucas palavras e temas concretos, o movimento feminista para as ruas, em lugar de discuti-lo em debates e congressos.

Suas ideologias são defendidas com frases curtas e estampadas nos corpos ou em cartazes, como “meu corpo, minha decisão” e “não mais papa”. Além das lutas comuns, em cada país o movimento tem temas diferentes. Na Ucrânia e na Rússia, brigam contra a repressão. Na Espanha, a bandeira é a nova e restritiva Lei de Aborto.

LUISA BELCHIOR
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM MADRI

Acesse em pdf: [Curso forma integrantes do Femen na Espanha \(Folha de S.Paulo - 29/12/2013\)](#)

28/12/2013 - Cor da pele aumenta risco de homicídios de pessoas negras

(Adital) Alagoas, Espírito Santo e Paraíba concentram maior número de negros vítimas de homicídio. Em Alagoas, os homicídios reduziram em quatro anos a expectativa de vida de homens negros. Entre não negros, a perda é de apenas três meses e meio. O estado nordestino apresentou o pior resultado entre todas as Unidades da Federação, de acordo com um estudo divulgado recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A [Nota Técnica Vidas Perdidas e Racismo no Brasil](#) calcula, para cada estado do país, os impactos de mortes violentas (acidentes de trânsito, homicídio, suicídio, entre outros) na expectativa de vida de negro e não negros, com base no Sistema de informações sobre Mortalidade (SIM/MS) e no Censo Demográfico do IBGE de 2010.

Considerando apenas o universo dos indivíduos que sofreram morte violenta no país entre 1996 e 2010, constatou-se que, para além das características socioeconômicas - como escolaridade, gênero, idade e estado civil -, a cor da pele da vítima, quando preta ou parda, faz aumentar a probabilidade do mesmo ter sofrido homicídio em cerca de oito pontos percentuais.

Novamente Alagoas é o local onde a diferença entre negros e não negros é mais acentuada - a taxa de homicídio para população negra atingiu, em 2010, 80 a cada 100 mil indivíduos. No estado, morrem assassinados 17,4 negros para cada vítima de outra cor. Espírito Santo e Paraíba também são destaques negativos no ranking elaborado pelo Ipea, com, respectivamente, 65 e 60 homicídios de negros a cada 100 mil habitantes (no Espírito Santo os assassinatos diminuem a expectativa de vida dos homens negros em 2,97 anos; na Paraíba, em 2,81 anos).

“O negro é duplamente discriminado no Brasil, por sua situação socioeconômica e por sua cor de pele. Tais discriminações combinadas podem explicar a maior prevalência de homicídios de negros vis-à-vis o resto da população”, afirma o documento.

Acesse em pdf: [Cor da pele aumenta risco de homicídios de pessoas negras \(Adital - 28/12/2013\)](#)